



## **INFORME JURÍDICO nº007/2020.**

Vale do Paraíba, 15 de maio de 2020.

**CIRCULAR DE DIVULGAÇÃO: RESOLUÇÃO Nº 961, DE 5 DE MAIO DE 2020 do Ministério da Economia/Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço:** Estabelece regra, excepcional e transitória, para os parcelamentos de débitos do FGTS, e altera a Resolução CCFGTS nº 940, de 2019, que estabelece normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS.

### **Prezados Filiados,**

Informamos que foi publicada a **RESOLUÇÃO Nº 961, DE 5 DE MAIO DE 2020 do Ministério da Economia/Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço**, que estabelece regra, excepcional e transitória, para os parcelamentos de débitos do FGTS, e altera a Resolução CCFGTS nº 940, de 2019, que estabelece normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS.

Considerando o estado de emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19 (coronavírus), foi publicada a Resolução nº 961, de 5 de maio de 2020, em que o Conselho Curador do FGTS estabelece regra, excepcional e transitória, para os parcelamentos de débitos do FGTS e adequa as normas de parcelamento do FGTS.

A regra será aplicável aos empregadores que possuam parcelamentos de débitos do FGTS que estejam vigentes **em 22 de março de 2020**. As parcelas que possuem vencimento entre os **meses de março e agosto de 2020**, eventualmente inadimplidas, não terão rescisão automática do parcelamento.

A reprogramação dos vencimentos dos fluxos de pagamentos, caso as parcelas com vencimento nos meses entre março e agosto não sejam quitadas, ficam autorizadas para a partir de setembro de 2020, independente de aditamento contratual.

Já no caso de não pagamento integral dessas parcelas, que tenham vencimento nos meses entre março e agosto, elas só poderão ser consideradas inadimplidas, para fins de rescisão do parcelamento, a partir dos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020, e de janeiro e fevereiro de 2021.



# SINDHOSFIL VP INFORME JURIDICO

Esta regra não afasta a incidência da atualização e de todas as multas e demais encargos que sejam previstos na legislação e, também, não se aplica a débitos de FGTS de caráter rescisório, que deverão ser pagos conforme disposto na Resolução CCFGTS nº 940, de 2019.

## Contratos de parcelamento em 2020

Como regra excepcional e transitória, poderá ser concedida carência de 90 dias para o início do vencimento para os contratos de parcelamento que vierem a ser firmados até dia 31 de dezembro de 2020. Essa carência não será aplicada aos débitos de FGTS rescisórios.

Aos contratos firmados até 31 de dezembro, aplica-se o disposto nos §5º e §6º do Art. 5º do Anexo I da Resolução CCFGTS nº 940/19 nos casos em que o trabalhador tenha direito à utilização de valores de sua conta vinculada de sua titularidade no FGTS, por motivo de rescisão em seu contrato de trabalho. E, dentro deste prazo de 90 dias, a antecipação de todos os valores como valor adicional à parcela mensal fixada fica restrita aos trabalhadores que tenham direito à utilização do FGTS por motivo de rescisão de contrato de trabalho.

## Normas de parcelamento do FGTS

As normas de parcelamento do FGTS ganharam adequação em sua aplicabilidade, acarretando algumas alterações no texto da Resolução CCFGTS nº 940/19, devido ao período de calamidade.

Portanto, passa a vigorar que, entre os meses de março a agosto de 2020, o devedor deverá antecipar todos os valores relativos ao trabalhador, incluindo-os de forma discriminada, como valor adicional à parcela mensal fixa, apenas àqueles trabalhadores que tenham direito à utilização de valores de sua conta vinculada de sua titularidade no FGTS, por motivo de rescisão em seu contrato de trabalho. O não atendimento dessa antecipação, aplicada somente aos trabalhadores com rescisão em seu contrato de trabalho, acarretará a rescisão do parcelamento, na forma e prazo definido na Regulamentação da Resolução nº 940. Caso haja permanência de três parcelas não quitadas integralmente, sejam elas consecutivas ou não, o parcelamento terá rescisão automática, sem possibilidade de purgar a mora e sem necessidade de comunicação prévia ao devedor. Essa regra se aplica somente aos parcelamentos vigentes.



Sindicato das Santas Casas de Misericórdia  
e Hospitais Filantrópicos do Vale do Paraíba  
Litoral Norte e Alta Mantiqueira

# SINDHOSFIL VP INFORME JURIDICO

Os procedimentos operacionais para a execução desta Resolução deverão ter suas disposições complementares regulamentadas pelo Agente Operador, com anuência prévia da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no prazo de até 30 dias.

Esta Resolução já está em vigor. (Fonte CNI)

A integra da MP está no nosso site [www.sindhosfilvp.com.br](http://www.sindhosfilvp.com.br) .

Permanecemos à disposição

Carlos Tomanini  
**Advogado do Depto Jurídico**



## DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/05/2020 | Edição: 86 | Seção: 1 | Página: 183

Órgão: Ministério da Economia/Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

### RESOLUÇÃO Nº 961, DE 5 DE MAIO DE 2020

Estabelece regra, excepcional e transitória, para os parcelamentos de débitos do FGTS, e altera a Resolução CCFGTS nº 940, de 2019, que estabelece normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, na forma do inciso IX do art. 5ª da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e do inciso VIII do art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19); e

Considerando a necessidade de adequação das normas de parcelamento do FGTS de que trata a Resolução nº 940 do Conselho Curador do FGTS, de 8 de outubro de 2019; resolve:

Art. 1º Estabelecer regra excepcional e transitória aplicável aos empregadores com parcelamentos de débitos para com o FGTS vigentes em 22 de março de 2020.

Art. 2º As parcelas com vencimento entre os meses de março e agosto de 2020 eventualmente inadimplidas não implicarão na rescisão automática do parcelamento nos termos deste artigo.

§ 1º No caso de não quitação das parcelas previstas no caput, fica autorizada a reprogramação de vencimentos do fluxo de pagamentos remanescente, de modo a acomodar sequencialmente as parcelas que permaneceram em aberto a partir do mês de setembro de 2020, independente de formalização de aditamento contratual.

§ 2º As parcelas não pagas integralmente que tiverem vencido ou vencerem, originalmente, nos meses de março, abril, maio, junho, julho e agosto de 2020, somente poderão ser consideradas inadimplidas, para fins de rescisão do parcelamento, a partir dos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro, todos de 2020, e janeiro e fevereiro de 2021, respectivamente.

Praça Dom Jose Gaspar, 300 – 5º andar, Centro

São Paulo – SP.

Tel: 11-2691-0319



# SINDHOSFIL VP INFORME JURIDICO

§ 3º O previsto nesse artigo não afasta a incidência da atualização e de todas as multas e demais encargos previstos na legislação.

§ 4º O previsto neste artigo não se aplica a débitos de FGTS de caráter rescisório, que deverão ser pagos na forma da Resolução CCFGTS nº 940, de 2019.

§ 5º Dentro do período previsto no caput, fica restrita a aplicação do inciso III e parágrafo único do art. 7º do Anexo I da Resolução CCFGTS nº 940, de 2019, aos casos em que o trabalhador tiver direito à utilização de valores de sua conta vinculada de sua titularidade no FGTS, por motivo de rescisão do contrato de trabalho.

Art. 3º O art. 8º do Anexo I da Resolução CCFGTS nº 940, de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º A permanência de 3 (três) parcelas não quitadas integralmente, consecutivas ou não, acarreta a rescisão automática do parcelamento, sem possibilidade de purgar a mora e sem a necessidade de prévia comunicação ao devedor."

Art. 4º A regra prevista no artigo anterior somente se aplicará aos parcelamentos vigentes, sob a égide da Resolução CCFGTS nº 940, de 2019.

Art. 5º As condições previstas nesta Resolução, em nenhuma hipótese, serão cumulativas com as previstas pela Resolução CCFGTS nº 587, de 19 de dezembro de 2008.

Art. 6º Como regra excepcional e transitória, para os contratos de parcelamento que vierem a ser firmados até 31 de dezembro de 2020, poderá ser concedida carência de 90 (noventa) dias para o início do vencimento das parcelas do acordo, carência que não se aplicará aos débitos de FGTS rescisórios, que deverão ser pagos na forma prevista pela Resolução CCFGTS nº 940, de 2019.

§ 1º Aos contratos firmados nos termos previstos pelo caput, aplica-se o disposto nos §5º e §6º do art. 5º do Anexo I da Resolução CCFGTS nº 940, de 2019, aos valores a que o trabalhador tiver direito à utilização, por motivo de rescisão do contrato de trabalho.

§ 2º Dentro do prazo de carência previsto no caput, fica restrita a aplicação do inciso III e parágrafo único do art. 7º do Anexo I da Resolução CCFGTS nº 940, de 2019, aos casos em que o trabalhador tiver direito à utilização de valores de sua conta vinculada de sua titularidade no FGTS, por motivo de rescisão do contrato de trabalho.

§ 3º Os contratos previstos no caput serão regidos nos termos da Resolução CCFGTS nº 940, de 2019, observados os preceitos contidos nessa Resolução, com exceção do regulado em seu art. 1º.

Art. 7º O Agente Operador, com a anuência prévia da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, deverá regulamentar as disposições complementares referentes aos procedimentos operacionais para a execução desta Resolução, no prazo de até 30 (trinta) dias.

Praça Dom José Gaspar, 300 – 5º andar, Centro

São Paulo – SP.

Tel: 11-2691-0319



Sindicato das Santas Casas de Misericórdia  
e Hospitais Filantrópicos do Vale do Paraíba  
Litoral Norte e Alta Mantiqueira

# SINDHOSFIL VP INFORME JURIDICO

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**JULIO CESAR  
COSTA PINTO**

Presidente do Conselho Curador